



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

CODIFICAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO

Diplomas legais relevantes



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

CODIFICAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO

Diplomas legais relevantes

Trabalho realizado por solicitação
do Conselho Diretivo do LNEC

Lisboa • dezembro 2024

I&D EDIFÍCIOS

RELATÓRIO 421/2024 – DED/Chefia

Título

CODIFICAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO

Diplomas legais relevantes

Autoria

DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS

João Branco Pedro

Investigador Principal, Chefe do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais

António Cabaço

Investigador Principal, Chefe do Núcleo de Economia, Gestão e Qualidade da Construção

Copyright © LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, I. P.

AV DO BRASIL 101 • 1700-066 LISBOA

e-mail: lnec@lnec.pt

www.lnec.pt

Relatório 421/2024

Proc. 0801/1201/2378401

CODIFICAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS DA CONSTRUÇÃO

Diplomas legais relevantes

Resumo

A codificação das normas técnicas da construção, prevista desde 1999 no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, não foi ainda concretizada. A codificação é um processo que coloca desafios complexos, mas constitui também uma oportunidade para realizar uma reforma do quadro legal e regulamentar da construção.

Com o objetivo de apoiar o processo de codificação, foi desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil um estudo de investigação para sistematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a codificação das normas técnicas da construção.

Este relatório apresenta os resultados da segunda fase do estudo, que se centrou no levantamento dos diplomas legais relevantes para o processo de codificação. O relatório está organizado em quatro capítulos, com o seguinte conteúdo: (i) enquadramento do estudo, (ii) fontes de informação e critérios de seleção de diplomas legais (iii) levantamento dos diplomas legais considerados relevantes, (iv) análise dos resultados do levantamento, e (v) considerações finais.

Palavras-chave: Construção / Legislação / Regulamentação / Codificação / Portugal

CODIFICATION OF BUILDING REGULATIONS

Relevant legislation

Abstract

The codification of the building regulations, foreseen since 1999 in the legal framework for urbanisation and construction, has not yet been achieved due to the many challenges involved. Codification is a process that presents complex challenges but also offers an opportunity to reform the legal and regulatory framework for construction.

To support the codification process, the *Laboratório Nacional de Engenharia Civil* (National Laboratory for Civil Engineering) has undertaken a study aimed at systematising and advancing knowledge on the codification of building regulations.

This report presents the results of the second phase of the study, which consisted of collecting the legal acts containing building regulations relevant to the codification process. The report is organised into four chapters, covering the following content: (i) study framework, (ii) sources of information and criteria for selecting legal statutes, (iii) review of the legal statutes deemed relevant, (iv) analysis of the review results, and (v) final considerations.

Keywords: Construction / Legislation / Regulation / Codification / Portugal

Índice

1	Introdução	1
2	Fontes de informação e critérios de seleção dos diplomas	2
	2.1 Fontes de informação	2
	2.2 Critérios de seleção dos diplomas legais	2
3	Levantamento de diplomas legais relevantes	4
	3.1 Exigências gerais aplicáveis aos edifícios	8
	3.2 Exigências especiais aplicáveis às instalações e equipamentos	12
	3.2.1 Instalações técnicas	12
	3.2.2 Instalação de equipamentos	15
	3.3 Exigências especiais aplicáveis a tipos específicos de edifícios	16
	3.4 Controlo técnico administrativo	23
	3.4.1 Projeto	23
	3.4.2 Licenciamento – Regime geral	23
	3.4.3 Licenciamento – Regimes especiais	24
	3.4.4 Construção	25
	3.4.5 Utilização	28
	3.5 Qualificações dos profissionais e das empresas	28
	3.5.1 Qualificações dos profissionais	28
	3.5.2 Qualificação das empresas	31
	3.6 Produtos e materiais de construção	32
	3.6.1 Certificação e marcas de qualidade de obras	32
	3.6.2 Certificação, circulação e comercialização de produtos de construção	32
	3.7 Seguros e garantias	33
	3.8 Mecanismos de resolução de conflitos	34
	3.9 Conceitos técnicos e relações das disposições legais	35
4	Análise dos resultados do levantamento	36
5	Considerações finais	38
	Referências	39

Índice de quadros

Quadro 3.1 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes.....	4
Quadro 3.2 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação).....	5
Quadro 3.3 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação).....	6
Quadro 3.4 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação).....	7

Lista de acrónimos e siglas

IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
NTC	Normas Técnicas da Construção
SEH	Secretária de Estado da Habitação
SILUC	Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção

1 | Introdução

A codificação das normas técnicas da construção tem sido regular e repetidamente solicitada desde que foi prevista no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

Apesar de existir o compromisso público do Estado e um consenso alargado no setor da construção sobre a necessidade codificar as normas técnicas da construção, tal ainda não foi concretizado. Esta inércia deve-se, em grande parte, aos desafios complexos que o processo de codificação o coloca. Todavia, a codificação constitui uma oportunidade para realizar uma reforma do quadro legal e regulamentar da construção.

Neste contexto, a Secretária de Estado da Habitação (SEH) solicitou ao LNEC que apresentasse uma proposta de estrutura para o código técnico da construção para Portugal. Com vista a fundamentar a resposta à solicitação da SEH, foi decidido realizar um estudo interno de investigação, que permitisse sistematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a codificação das normas técnicas da construção.

Num relatório precedente, foram apresentados os resultados da primeira fase do estudo que visou: (i) sistematizar os principais conhecimentos sobre a regulamentação da construção; (ii) caracterizar a organização e a formulação das NTC em Portugal; e (iii) identificar os principais objetivos e opções para o processo de codificação (Pedro, 2023a). No presente relatório, apresentam-se os resultados da fase relativa à compilação e classificação dos diplomas legais relevantes para o processo de codificação das NTC.

Este relatório está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, de introdução, é descrito o enquadramento do estudo. No segundo capítulo, são explicadas as fontes e os critérios utilizados para selecionar os diplomas legais relevantes. No terceiro capítulo, é apresentada a lista de diplomas legais que resultou do levantamento. No quarto capítulo, são analisados os resultados do levantamento. No último capítulo, são sintetizados os principais resultados do estudo e apresentadas algumas considerações finais.

2 | Fontes de informação e critérios de seleção dos diplomas

2.1 Fontes de informação

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a legislação e a regulamentação aplicável à construção de edifícios, realizou-se, em junho de 2023, um levantamento dos principais diplomas legais. Este levantamento baseou-se na informação disponível no «SILUC – Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção» (LNEC e INCM, 2024) e foi apresentado num memorando remetido ao Gabinete da SEH (Pedro e Cabaço, 2023).

Posteriormente, em dezembro de 2024, o levantamento foi complementado e atualizado. Para esta atualização, recorreu-se à versão mais recente da relação de diplomas disponível no SILUC, bem como ao documento que apresenta a proposta de estrutura do Código da Construção (IMPIC, 2024).

2.2 Critérios de seleção dos diplomas legais

Incluíram-se, neste levantamento, os diplomas legais, de âmbito nacional, aplicáveis aos edifícios destinados à utilização por pessoas, sendo identificadas apenas as versões originais desses diplomas legais e não os diplomas que as alteraram ou retificaram.

Os diplomas legais foram organizados segundo as seguintes categorias:

Exigências técnicas aplicáveis aos edifícios

- 1) Exigências gerais aplicáveis aos edifícios;
- 2) Exigências especiais aplicáveis às instalações e equipamentos;
- 3) Exigências especiais aplicáveis a tipos específicos de edifícios;

Condições técnicas e administrativas da edificação

- 4) Controlo técnico administrativo;
- 5) Atribuições e qualificações dos profissionais e das empresas;
- 6) Produtos e materiais de construção;
- 7) Seguros e garantias;
- 8) Mecanismos de resolução de conflitos;
- 9) Conceitos técnicos e relações das disposições legais.

Estas categorias foram definidas considerando os elementos do sistema regulador da construção, analisado na primeira fase deste estudo (vd. secção 2.10 do Relatório 318/2024 – Pedro, 2024).

Observa-se que não foram incluídos os diplomas legais relativos a:

- 1) Edifícios que não sejam destinados ao uso por pessoas (e.g., aviários, estábulos, pocilgas);
- 2) Outras construções, que não edifícios (e.g., estradas, pontes, aeródromos, barragens);

- 3) Urbanismo e ordenamento do território;
- 4) Ambiente e recursos naturais;
- 5) Segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho;
- 6) Taxas e multas;
- 7) Planos e programas de apoio e financiamento;
- 8) Orgânica das entidades com competências na produção, acompanhamento e monitorização da legislação e regulamentação da construção.

Não foram também incluídos os diplomas legais de âmbito europeu, regional ou municipal.

3 | Levantamento de diplomas legais relevantes

Neste capítulo, apresenta-se a lista de diplomas legais que resultou do levantamento, organizada segundo as nove categorias indicadas no capítulo anterior. Essas categorias subdividem-se em subcategorias, conforme apresentado no quadro seguinte. Para facilitar a consulta, os títulos apresentados no quadro incluem hiperligações diretas para as respetivas secções ou subsecções. Alguns diplomas legais, por tratarem de vários temas, encontram-se classificados em mais de uma categoria.

Quadro 3.1 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes

1. EXIGÊNCIAS GERAIS APLICÁVEIS AOS EDIFÍCIOS

	Regimes gerais
	Segurança estrutural
	Segurança contra incêndio
	Proteção contra o ruído
	Qualidade do ar interior
	Proteção contra substâncias e emissões perigosas
	Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada
	Eficiência energética e desempenho térmico
	Utilização sustentável dos recursos naturais

2. EXIGÊNCIAS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Instalações técnicas	
	Instalações elétricas e de iluminação
	Instalações de gás combustível canalizado
	Instalações de distribuição de água e de drenagem de águas residuais
	Instalações de transporte de pessoas e cargas
	Instalações de climatização e ventilação
	Instalações de automatização, controlo e gestão de energia
	Instalações de comunicações
	Instalações de segurança integrada
	Instalações de recetáculos postais
Instalação de equipamentos	
	Motores fixos
	Recipientes e equipamentos sob pressão
	Termoacumuladores elétricos

Quadro 3.2 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação)

**3. EXIGÊNCIAS ESPECIAIS APLICÁVEIS
A TIPOS ESPECÍFICOS DE EDIFÍCIOS**

	Habitação
	Residências de estudantes
	Estabelecimentos de educação
	Estabelecimentos de saúde
	Estabelecimentos de apoio social
	Estabelecimentos prisionais e tutelares de menores
	Instalações desportivas
	Espaços de jogo e recreio
	Recintos de espetáculos e de divertimentos públicos
	Empreendimentos turísticos
	Estabelecimentos de restauração e bebidas
	Instalações para agricultura, produção animal, silvicultura e pesca
	Estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos
	Postos de abastecimento de combustíveis
	Locais de trabalho
	Edifícios classificados de interesse patrimonial

Quadro 3.3 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação)

4. CONTROLO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Projeto	
Licenciamento – Regime geral	
	Licenciamento das operações urbanísticas
	Instrução dos pedidos
	Parâmetros urbanísticos
	Modelos de avisos e de alvarás
	Elementos estatísticos
	Sistema informático
Licenciamento – Regimes especiais	
	Reabilitação Urbana e do Edificado
	Património Cultural
	Obras em prédios arrendados
	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
	Segurança contra incêndios em edifícios
Construção	
	Contratação de empreitadas
	Gestão de segurança e saúde
	Gestão da qualidade
	Gestão ambiental
	Livro de obra e Ficha Técnica da Habitação
	Revisão de preços
Utilização	
	Estado de conservação dos imóveis
	Instalações de transporte de pessoas e cargas

Quadro 3.4 – Estrutura de organização dos diplomas legais relevantes (continuação)

5. QUALIFICAÇÕES DOS PROFISSIONAIS E DAS EMPRESAS

Qualificação dos profissionais	
	Requisitos gerais
	Instalações elétricas
	Gases combustíveis
	Instalações de elevação
	Instalações de comunicações
	Sistema de certificação energética dos edifícios
	Segurança no trabalho
	Segurança contra incêndio
	Património cultural
Qualificação das empresas	
	Requisitos gerais
	Entidades inspetoras de instalações de elevação
	Segurança contra incêndio

6. PRODUTOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Certificação de empreendimentos	
Certificação, circulação e comercialização de produtos de construção	
	Requisitos gerais
	Cimentos, betões e aços
	Tubos e acessórios
	Máquinas e respetivos acessórios
	Produtos relacionados com o consumo de energia
	Recipientes e equipamentos sob pressão

7. SEGUROS E GARANTIAS

	Seguro de acidentes de trabalho
	Seguro de responsabilidade civil extracontratual
	Seguro de postos de abastecimento de combustíveis
	Garantias

8. MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

9. CONCEITOS E RELAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

	Conceitos técnicos
	Relações das disposições legais

3.1 Exigências gerais aplicáveis aos edifícios

Regimes gerais

- *Regulamento geral das edificações urbanas*
Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951
- *Código Civil*
Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966
- *Regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas*
Decreto-Lei n.º 95/2019, 18 de julho

Segurança estrutural

- *Termos em que as obras estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica ou à elaboração de projeto de reforço sísmico*
Portaria n.º 302/2019, de 12 de setembro
- *Condições para a utilização dos Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios*
Despacho Normativo n.º 21/2019, de 17 de setembro

Segurança contra incêndio

- *Regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios*
Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro
- *Regulamento técnico de segurança contra incêndio em edifícios*
Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro
- *CrITÉRIOS técnicos para determinação da densidade de carga de incêndio modificada*
Despacho n.º 2074/2009, de 15 de janeiro
- *Nota técnica n.º 8 da ANPC – Grau de prontidão dos meios de socorro*
Despacho n.º 8903/2020, de 17 de setembro
- *Nota técnica n.º 13 da ANPC – Redes secas e húmidas*
Despacho n.º 8904/2020, de 17 de setembro
- *Nota técnica n.º 14 da ANPC – Fontes abastecedoras de água para o serviço de incêndio*
Despacho n.º 8902/2020, de 17 de setembro
- *Nota técnica n.º 15 da ANPC – Centrais de bombagem para o serviço de incêndio*
Despacho n.º 8905/2020, de 17 de setembro
- *Nota Técnica n.º 16 da ANPC – Sistemas Automáticos de Extinção de Incêndio por Água*
Despacho n.º 8953/2020, de 18 de setembro

- *Nota técnica n.º 17 da ANPC – Sistemas automáticos de extinção de incêndio por agentes gasosos*
Despacho n.º 8955/2020, de 18 de setembro
- *Requisitos para adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo*
Despacho n.º 8591/2022, de 13 de julho

Proteção contra o ruído

- *Regulamento dos requisitos acústicos dos edifícios*
Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio
- *Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído*
Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro
- *Disposições em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior*
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro
- *Regulamento geral do ruído*
Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro
- *Normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes*
Portaria n.º 305/2019, de 12 de setembro

Qualidade do ar interior

- *Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e Sistema de Certificação Energética de Edifícios*
Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro
- *Requisitos para a avaliação da qualidade do ar interior nos edifícios de comércio e serviços e a respetiva metodologia para a medição e fiscalização dos poluentes*
Portaria n.º 138-G/2021, de 1 de julho
- *Avaliação da qualidade do ar no interior dos edifícios*
Despacho n.º 1618/2022, de 9 de fevereiro

Proteção contra substâncias e emissões perigosas

- *Substâncias, agentes e processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos*
Decreto-Lei n.º 479/85, de 13 de novembro
- *Proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho*
Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de abril

- *Regras a que ficam sujeitas a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes*
Decreto-Lei n.º 277/99, de 23 de julho
- *Regulação da proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho*
Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro
- *Proibição de colocação no mercado e de utilização de parafinas cloradas, de corantes azóicos e de compostos de arsénio*
Decreto-Lei n.º 208/2003, de 15 de setembro
- *Promoção da melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas*
Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30 de setembro
- *Disposições relativas à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho*
Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho
- *Prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais*
Lei n.º 25/2010, de 30 de agosto
- *Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos*
Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro
- *Execução do Regulamento (UE) relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas*
Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro
- *Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas*
Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio
- *Termos das iniciativas relacionadas com o diagnóstico, monitorização, substituição, remoção e destino final de amianto*
Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2017, de 7 de julho
- *Disposições sobre adaptação ao progresso técnico em áreas diversas como o combate a pragas, doenças pecuárias, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, utilização de cádmio em LED*
Decreto-Lei n.º 41/2018, de 11 de junho
- *Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas*
Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro
- *Regime jurídico da proteção radiológica*
Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro

- *CrITÉrios de isenÇão e liberação, que incluem os crITÉrios gerais e os níveis relacionados com a proteção radiológica*
Portaria n.é 138/2019, de 10 de maio
- *Execução do Regulamento (UE) relativo ao mercúrio*
Decreto-Lei n.é 101/2019, de 5 de agosto

Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada

- *Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais*
Decreto-Lei n.é 163/2006, 8 de agosto
- *Método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes*
Portaria n.é 301/2019, 12 de setembro

Eficiência energética e desempenho térmico

- *Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e Sistema de Certificação Energética de Edifícios*
Decreto-Lei n.   101-D/2020, de 7 de dezembro
- *Regulamentação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos à envolvente dos edifícios e aos sistemas técnicos*
Portaria n.é 138-I/2021, de 1 de julho
- *Restante conteúdo obrigatório que deve constar dos pr  -certificados energéticos*
Despacho n.é 6476-A/2021, de 1 de julho
- *Processos de verificação da qualidade da informação produzida no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios*
Despacho n.é 6476-B/2021, de 1 de julho
- *Condições de manutenção dos sistemas técnicos instalados em edifícios, periodicidade e condições de realização da inspeção per  dica dos sistemas técnicos*
Despacho n.   6476-C/2021, de 1 de julho
- *Requisitos para a elaboração do Plano de Melhoria do Desempenho Energético dos Edifícios (PDEE)*
Despacho n.   6476-D/2021, de 1 de julho
- *Requisitos mínimos de conforto térmico e de desempenho energético aplicáveis à conceção e renovação dos edifícios*
Despacho n.é 6476-E/2021, de 1 de julho
- *Manual do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)*
Despacho n.é 6476-H/2021, de 1 de julho

Utilização sustentável dos recursos naturais

- *Regime geral da gestão de resíduos e regime jurídico da deposição de resíduos em aterro*
Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro

3.2 Exigências especiais aplicáveis às instalações e equipamentos

3.2.1 Instalações técnicas

Instalações elétricas e de iluminação

- *Disposições relativas ao estabelecimento e à exploração das redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão*
Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de dezembro
- *Regras técnicas das instalações elétricas de baixa tensão*
Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro
- *Potências mínimas e regras técnicas a que devem satisfazer as instalações de carregamento de veículos elétricos em edifícios e outras operações urbanísticas*
Portaria n.º 220/2016, de 10 de agosto
- *Regime jurídico da mobilidade elétrica e rede piloto de mobilidade elétrica*
Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril
- *Regime das instalações elétricas particulares*
Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto
- *Regras aplicáveis à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão*
Decreto-Lei n.º 21/2017, de 21 de fevereiro

Instalações de gás combustível canalizado

- *Regulamento técnico relativo ao projeto, construção, exploração e manutenção de redes de distribuição de gases combustíveis*
Portaria n.º 386/94, de 16 de junho
- *Regulamento técnico relativo ao projeto, construção, exploração e manutenção das instalações de gás combustível canalizado em edifícios*
Portaria n.º 361/98, de 26 de junho
- *Regime das instalações de gases combustíveis em edifícios*
Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto

Instalações de distribuição de água e de drenagem de águas residuais

- *Regulamento geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais*
Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto
- *Procedimentos técnicos para a realização do Programa de Monitorização e Tratamento da Qualidade da Água*
Despacho n.º 1547/2022, de 8 de fevereiro
- *Regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano*
Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto

Instalações de transporte de pessoas e cargas

- *Regulação do enquadramento das obras de conservação e de beneficiação dos elevadores antigos*
Portaria n.º 269/89, de 11 de abril
- *Regulamento de segurança de ascensores elétricos*
Portaria n.º 376/91, de 2 de maio
- *Regulamento de segurança de ascensores hidráulicos*
Portaria n.º 964/91, de 20 de setembro
- *Requisitos técnicos e de segurança aos quais devem obedecer a construção e a instalação de novas escadas mecânicas e tapetes rolantes*
Portaria n.º 1196/92, de 22 de dezembro
- *Requisitos de conceção relativos à qualidade térmica e à eficiência de ascensores, tapetes rolantes e escadas mecânicas*
Despacho n.º 8892/2015, de 11 de agosto
- *Requisitos aplicáveis à conceção, fabrico e colocação no mercado de ascensores e de componentes de segurança para ascensores*
Decreto-Lei n.º 58/2017, de 9 de junho

Instalações de climatização e ventilação

- *Execução do Regulamento (UE) relativo aos gases fluorados com efeito de estufa*
Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro
- *Regime de prevenção e controlo da doença dos legionários*
Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto
- *Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e Sistema de Certificação Energética de Edifícios*
Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro

- *Classificação do risco e medidas mínimas em face do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água*
Portaria n.º 25/2021, de 29 de janeiro
- *Regulamentação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos à envolvente dos edifícios e aos sistemas técnicos*
Portaria n.º 138-I/2021, de 1 de julho
- *Condições de manutenção dos sistemas técnicos instalados em edifícios, periodicidade e condições de realização da inspeção periódica dos sistemas técnicos*
Despacho n.º 6476-C/2021, de 1 de julho
- *Requisitos mínimos de conforto térmico e de desempenho energético aplicáveis à conceção e renovação dos edifícios*
Despacho n.º 6476-E/2021, de 1 de julho
- *Manual do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)*
Despacho n.º 6476-H/2021, de 1 de julho
- *Procedimentos técnicos para a realização do Programa de Monitorização e Tratamento da Qualidade da Água*
Despacho n.º 1547/2022, de 8 de fevereiro

Instalações de automatização, controlo e gestão de energia

- *Requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e Sistema de Certificação Energética de Edifícios*
Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro
- *Regulamentação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos à envolvente dos edifícios e aos sistemas técnicos*
Portaria n.º 138-I/2021, de 1 de julho
- *Condições de manutenção dos sistemas técnicos instalados em edifícios, periodicidade e condições de realização da inspeção periódica dos sistemas técnicos*
Despacho n.º 6476-C/2021, de 1 de julho
- *Manual do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE)*
Despacho n.º 6476-H/2021, de 1 de julho

Instalações de comunicações

- *Regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas*
Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio

- *Regras a que está sujeita a implantação e manutenção de pontos de acesso sem fios de área reduzida*

Decreto-Lei n.º 97/2024, de 29 de novembro

Instalações de segurança integrada

- *Regulação da ligação às forças de segurança pública, de equipamentos de segurança contra roubo ou intrusão*

Decreto-Lei n.º 297/99, de 4 de agosto

- *Regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas*

Decreto-Lei n.º 101/2008, de 16 de junho

- *Regulação da utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica)*

Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro

- *Requisitos técnicos mínimos das câmaras fixas e portáteis de videovigilância*

Portaria n.º 372/2012, de 16 de novembro

- *Regime do exercício da atividade de segurança privada e alteração à Lei de Organização da Investigação Criminal*

Lei n.º 34/2013, de 16 de maio

- *Regulação dos serviços de segurança privada, modelo e emissão de cartão profissional e requisitos técnicos dos equipamentos e modelo de comunicação de alarmes*

Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto

- *Sistema de segurança obrigatório dos espetáculos e divertimentos em recintos autorizados*

Portaria n.º 102/2014, de 15 de maio

- *Regime jurídico dos sistemas de segurança privada dos estabelecimentos de restauração e de bebidas que disponham de salas ou de espaços destinados a dança*

Decreto-Lei n.º 135/2014, de 8 de setembro

Instalações de recetáculos postais

- *Regulamento do serviço de recetáculos postais*

Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril

3.2.2 Instalação de equipamentos

Motores fixos

- *Regime simplificado a que fica sujeita a instalação de motores fixos*

Decreto-Lei n.º 61/2009, de 9 de março

Recipientes e equipamentos sob pressão

- *Regulamento de instalação e de funcionamento de recipientes sob pressão simples e de equipamentos sob pressão*
Decreto-Lei n.º 131/2019, de 30 de agosto
- *Regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão*
Decreto-Lei n.º 111-D/2017, de 31 de agosto
- *Regras aplicáveis à disponibilização no mercado de recipientes sob pressão simples*
Decreto-Lei n.º 37/2017, de 29 de março

Termoacumuladores elétricos

- *Regras uniformes de fabrico e de montagem de termoacumuladores elétricos*
Portaria n.º 1081/91, de 24 de outubro

3.3 Exigências especiais aplicáveis a tipos específicos de edifícios

Habitação

- *Condições mínimas de habitabilidade exigíveis em edifícios clandestinos suscetíveis de eventual reabilitação*
Portaria n.º 243/84, de 17 de abril
- *Revisão do regime de habitação de custos controlados*
Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro
- *Requisitos funcionais da habitação e da edificação em conjunto, aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações*
Portaria n.º 304/2019, de 12 de setembro

Residências de estudantes

- *Regime aplicável em matéria de instalação e funcionamento de alojamentos para estudantes do ensino superior*
Decreto-Lei n.º 14/2022, de 13 de janeiro
- *Normas técnicas que definem as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer os alojamentos para estudantes do ensino superior*
Portaria n.º 35-A/2022, de 14 de janeiro

Estabelecimentos de educação

- *Normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos centros de atividades de tempos livres com fins lucrativos*
Despacho Normativo n.º 96/89, de 21 de outubro

- *Licenciamento e condições de habitabilidade e de segurança das instalações das escolas profissionais*
Despacho Normativo n.º 27/99, de 25 de maio
- *Regulamentação dos campos de férias quanto ao licenciamento das instalações destinadas ao alojamento e pernoita dos seus participantes*
Portaria n.º 586/2004, de 2 de junho
- *Normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches*
Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto

Estabelecimentos de saúde

- *Regulação do licenciamento, funcionamento e fiscalização do exercício da atividade das unidades privadas que atuem na área da toxicodependência*
Decreto-Lei n.º 16/99, de 25 de janeiro
- *Requisitos mínimos para o exercício da atividade das terapêuticas não convencionais*
Portaria n.º 182/2014, de 12 de setembro
- *Regulamento do procedimento de licenciamento de estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde*
Regulamento n.º 86/2016, de 27 de janeiro
- *Requisitos técnicos das unidades que tenham por objeto a prestação de serviços médicos e de enfermagem em obstetrícia e neonatologia*
Portaria n.º 310/2016, de 12 de dezembro
- *Requisitos mínimos dos laboratórios de patologia clínica ou análises clínicas e dos respetivos postos de colheitas*
Portaria n.º 392/2019, de 5 de novembro
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos centros de enfermagem*
Portaria n.º 86/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de anatomia patológica*
Portaria n.º 87/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de medicina física e de reabilitação, unidades de fisioterapia, de terapia da fala e de terapia ocupacional*
Portaria n.º 88/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de radioncologia*
Portaria n.º 89/2024/1, de 11 de março

- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades com internamento*
Portaria n.º 90/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de genética*
Portaria n.º 91/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das clínicas e consultórios médicos*
Portaria n.º 92/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de medicina nuclear*
Portaria n.º 93/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas nas unidades de cirurgia de ambulatório*
Portaria n.º 94/2024/1, de 11 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de diálise*
Portaria n.º 97/2024/1, de 12 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das clínicas e consultórios dentários*
Portaria n.º 99/2024/1, de 13 de março
- *Requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas das unidades de radiologia*
Portaria n.º 100/2024/1, de 13 de março
- *Requisitos das unidades prestadoras de cuidados de saúde detidas por pessoas coletivas públicas ou devolvidas às misericórdias*
Portaria n.º 237/2024/1, de 1 de outubro

Estabelecimentos de apoio social

- *Condições de criação, organização, instalação e funcionamento dos centros de apoio à vida no âmbito de um projeto piloto de ação social*
Portaria n.º 446/2004, de 30 de abril
- *Regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas*
Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março
- *Condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas idosas*

Portaria n.º 67/2012, de 21 de março

- *Condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário*

Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro

- *Condições de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de apoio social – Centro de Noite*

Portaria n.º 96/2013, de 4 de março

- *Condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma*

Portaria n.º 59/2015, de 2 de março

- *Condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade*

Portaria n.º 60/2015, de 2 de março

- *Condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo*

Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro

- *Regulamentação das condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo*

Portaria n.º 197/2018, de 6 de julho

- *Regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo*

Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro

- *Regulamentação das condições gerais do edificado, termos e condições técnicas de instalação e de organização, funcionamento e instalação do CACI*

Portaria n.º 70/2021, de 26 de março

- *Condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a Comunidade de Inserção*

Portaria n.º 324/2021, de 29 de dezembro

- *Condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Residência de Autonomização e Inclusão*

Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro

- *Condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Habitação Colaborativa e Comunitária*

Portaria n.º 269/2023, de 28 de agosto

- *Condições de criação, instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade*

Portaria n.º 415/2023, de 7 de dezembro

- *Organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens*

Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro

Estabelecimentos prisionais e tutelares de menores

- *Disposições relativas a solucionar vários problemas sobre zonas de proteção para os estabelecimentos prisionais e tutelares de menores*

Decreto-Lei n.º 265/71, de 18 de junho

- *Novo Regulamento das Condições Materiais de Detenção em Estabelecimento Policial*

Despacho n.º 5863/2015, de 2 de junho

- *Classificação dos estabelecimentos prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão*

Portaria n.º 175/2020, de 24 de julho

Instalações desportivas

- *Regulamento das condições técnicas e de segurança dos estádios*

Decreto Regulamentar n.º 10/2001, de 7 de junho

- *Regime jurídico das instalações desportivas de uso público*

Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho

- *Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos*

Lei n.º 39/2009, de 30 de julho

- *Requisitos técnicos e de funcionamento das instalações desportivas de uso público*

Portaria n.º 454/2023, de 28 de dezembro

Espaços de jogo e recreio

- *Regulamento das Condições de Segurança em Relação aos Espaços de Jogo e Recreio, Respetivo Equipamento e Superfícies de Impacto*

Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro

Recintos de espetáculos e de divertimentos públicos

- *Disposições relativas à construção de instalações destinadas a boîtes, discotecas e certos espetáculos ao ar livre e atividades similares, na perspetiva de controle da poluição sonora*

Decreto-Lei n.º 271/84, de 6 de agosto

- *Regulamento das condições técnicas e de segurança dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos*

Decreto Regulamentar n.º 34/95, de 16 de dezembro

- *Regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e dos recintos fixos destinados à sua realização e classificação de espetáculos e divertimentos públicos*
Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro
- *Condições a observar nas balizas de futebol, andebol, hóquei, pólo aquático e equipamentos de basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público*
Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto
- *Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a Observar nas Balizas de Futebol, Andebol, Hóquei, Polo Aquático e Equipamentos de Basquetebol de Uso Público*
Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio

Empreendimentos turísticos

- *Regulamento de segurança de instalações elétricas de parques de campismo e de marinas*
Decreto-Lei n.º 393/85, de 9 de outubro
- *Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos*
Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março
- *Sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos*
Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril
- *Elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos*
Portaria n.º 518/2008, de 25 de junho
- *Requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural*
Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto
- *Requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo*
Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro
- *Requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos*
Portaria n.º 358/2009, de 6 de abril
- *Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local*
Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto
- *Condições de funcionamento e identificação dos estabelecimentos de alojamento local*
Portaria n.º 262/2020, de 6 de novembro

Estabelecimentos de restauração e bebidas

- *Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração*
Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro

Instalações para agricultura, produção animal, silvicultura e pesca

- *Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e licenciamento das lotas*
Portaria n.º 506/89, de 5 de julho

Estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos

- *Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos*
Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 de maio

Postos de abastecimento de combustíveis

- *Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis*
Portaria n.º 131/2002, de 9 de fevereiro
- *Enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos*
Decreto-Lei n.º 60/2017, de 9 de junho
- *Procedimentos e competências para licenciamento e fiscalização de instalações de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis*
Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro
- *Regulação dos pedidos de licenciamento de combustíveis*
Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro

Locais de trabalho

- *Regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços*
Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto
- *Prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho*
Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro

Edifícios classificados de interesse patrimonial

- *Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro
- *Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação*
Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho
- *Regulamento dos trabalhos arqueológicos*
Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro

3.4 Controlo técnico administrativo

3.4.1 Projeto

- *Formulário de caderno de encargos relativo a contratos de empreitadas de obras públicas*
Portaria n.º 959/2009, de 21 de agosto
- *Regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública*
Decreto-Lei n.º 96/2021, de 12 de novembro
- *Instruções para a elaboração de projetos de obras e classificação de obras públicas*
Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto
- *Reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria*
Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro

3.4.2 Licenciamento – Regime geral

Licenciamento das operações urbanísticas

- *Regime jurídico da urbanização e edificação*
Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro
- *Procedimento de decisão das entidades da administração central, direta ou indireta, sobre operação urbanística em razão da localização*
Portaria n.º 349/2008, de 5 de maio
- *Regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras*
Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto

Instrução dos pedidos

- *Elementos que devem instruir os pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização de utilização das diversas operações urbanísticas*
Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de março
- *Elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*
Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro

Parâmetros urbanísticos

- *Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva*
Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março

Modelos de documentos técnicos

- *Modelos de licença, de resposta à comunicação prévia, dos atos a praticar pelos técnicos e dos modelos de avisos de publicitação de operações urbanísticas*

Portaria n.º 71-B/2024, de 27 de fevereiro

Elementos estatísticos

- *Elementos estatísticos referentes a operações urbanísticas que devem ser remetidos pelas Câmaras Municipais ao Instituto Nacional de Estatística, I.P.*

Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho

Sistema informático

- *Regulamentação do funcionamento do sistema informático relacionado com o regime jurídico da urbanização e da edificação*
- *Regulamentação da integração do sistema informático que suporta os procedimentos do regime jurídico da urbanização e da edificação com o balcão do empreendedor*

Portaria n.º 193/2018, de 4 de julho

3.4.3 Licenciamento – Regimes especiais

Reabilitação Urbana e do Edificado

- *Regime jurídico da reabilitação urbana*
- *Regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios de habitação destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe*

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro

Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro

Património Cultural

- *Disposições sobre projetos de arquitetura em imóveis classificados e respetivas zonas de proteção*
- *Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*
- *Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação*
- *Procedimento de classificação de imóveis de interesse cultural, zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda*

Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

- *Regulamento dos trabalhos arqueológicos*

Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro

Áreas Urbanas de Génese Ilegal

- *Regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)*

Lei n.º 91/95, de 2 de setembro

- *Termos e condições para o levantamento dos processos de reconversão de áreas de génese ilegal (AUGI) e cria a plataforma eletrónica SI-AUGI)*

Regulamento n.º 104/2018, de 12 de fevereiro

Obras em prédios arrendados

- *Regime jurídico das obras em prédios arrendados*

Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto

Segurança contra incêndios em edifícios

- *Regulamenta o sistema informático de tramitação dos procedimentos administrativos do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios*

Portaria n.º 610/2009, de 8 de junho

3.4.4 Construção

Contratação de empreitadas

- *Modelos de anúncios de concurso e de convites para serem adotados nas empreitadas de obras públicas*

Portaria n.º 605-C/86, de 16 de outubro

- *Código dos Contratos Públicos*

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

- *Medidas especiais de contratação pública*

Lei n.º 30/2021, de 21 de maio

- *Regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública*

Decreto-Lei n.º 96/2021, de 12 de novembro

Gestão de segurança e saúde

- *Regulamento geral das edificações urbanas*

Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951

- *Disposições atinentes à segurança e proteção do trabalho nas obras de construção civil*

Decreto-Lei n.º 41820, de 11 de agosto de 1958

- *Regulamento de segurança no trabalho da construção civil*
Decreto n.º 41821, de 11 de agosto de 1958
- *Regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras*
Decreto n.º 46427, de 10 de julho de 1965
- *Exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual (EPI)*
Portaria n.º 1131/93, de 4 de novembro
- *Regulamentação das prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis*
Portaria n.º 101/96, de 3 de abril
- *Regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis*
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro
- *Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído*
Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro
- *Disposições em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior*
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro
- *Disposições relativas à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho*
Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho
- *Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho*
Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro
- *Normas para a remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados*
Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro

Gestão da qualidade

- *Acompanhamento pelo LNEC dos grandes empreendimentos*
Despacho n.º 23184/2002 (2.ª série), de 30 de outubro
- *Acompanhamento pelo LNEC dos grandes empreendimentos - Solicitação prévia de proposta de contrato de prestação de serviços*
Despacho n.º 3634/2004 (2.ª série), de 19 de fevereiro

- *Atualização das disposições relativas à produção e controlo do betão de ligantes hidráulicos e à execução das estruturas de betão*

Decreto-Lei n.º 90/2021, de 5 de novembro

Gestão ambiental

- *Disposições em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior*

Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro

- *Regulamento geral do ruído*

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro

- *Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos*

Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro

- *Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos de empresas*

Lei n.º 63/2018, de 10 de outubro

- *Normas para a remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados*

Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro

- *Regime geral da gestão de resíduos e regime jurídico da deposição de resíduos em aterro*

Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro

Livro de obra e Ficha Técnica da Habitação

- *Requisitos a que deve obedecer um livro de obra*

Portaria n.º 1109/2001, de 19 de setembro

- *Requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação*

Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março

- *Modelo da ficha técnica da habitação (FTH)*

Portaria n.º 817/2004, de 16 de julho

- *Modelo, requisitos e características do livro de obra*

Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro

- *Criação do livro de obra eletrónico e extinção da ficha técnica de habitação*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2017, de 5 de junho

Revisão de preços

- *Regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços*

Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

- *Fórmulas tipo de revisão de preços para empreitadas postas a concurso a partir de 1 de fevereiro de 2004*
Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 23 de janeiro
- *Fórmulas tipo de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços*
Despacho n.º 22637/2004 (2.ª série), de 5 de novembro
- *Código dos Contratos Públicos*
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
- *Regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos*
Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio
- *Categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos*
Portaria n.º 74-A/2023, de 7 de março

3.4.5 Utilização

Estado de conservação dos imóveis

- *Ficha de avaliação para a determinação do nível de conservação de imóveis locados*
Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de novembro
- *Regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não*
Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro

Instalações de transporte de pessoas e cargas

- *Regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes*
Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro

3.5 Qualificações dos profissionais e das empresas

3.5.1 Qualificações dos profissionais

Requisitos gerais

- *Criação da Marca de Qualidade LNEC, aplicável à certificação de empreendimentos de construção*
Decreto-Lei n.º 310/90, de 1 de outubro

- *Regime jurídico de qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis por projetos, fiscalização e direção de obra*
Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- *Profissões regulamentadas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações e autoridades competentes para o reconhecimento das qualificações profissionais*
Portaria n.º 96/2012, de 5 de abril
- *Atos de engenharia, por especialidade, passíveis de serem exercidos por membros da Ordem dos Engenheiros*
Regulamento n.º 420/2015, de 20 de julho
- *Regime de acesso e exercício de profissões e atividades profissionais e limitação ao acesso à profissão regulamentada, ou a regulamentar, ou o seu exercício*
Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro

Instalações elétricas

- *Requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas*
Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro
- *Prorrogação da vigência das normas transitórias referentes ao acesso à profissão de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas e ao exercício de funções como técnico responsável ou como inspetor de instalações elétricas de serviço particular*
Decreto-Lei n.º 72/2020, de 22 de setembro

Gases combustíveis

- *Profissões regulamentadas no setor da energia e designação da autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais*
Portaria n.º 48/2012, de 27 de fevereiro
- *Requisitos de acesso e exercício de atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos*
Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro
- *Requisitos específicos de certificação das entidades formadoras para ministrarem formação na área do gás*
Portaria n.º 192/2019, de 25 de junho

Instalações de elevação

- *Requisitos de acesso e de exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais*
Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto

Instalações de comunicações

- *Regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações eletrónicas*
Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio
- *Requisitos específicos para certificação de entidades formadoras de projetistas e de instaladores de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, ITUR e ITED*
Portaria n.º 377/2015, de 21 de outubro

Sistema de certificação energética dos edifícios

- *Regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de planos de racionalização dos consumos de energia*
Lei n.º 7/2013, de 22 de janeiro
- *Regime de acesso e exercício da prestação de serviços de auditoria de instalações de produção em cogeração ou de produção a partir de fontes de energia renováveis*
Lei n.º 75/2015, de 28 de julho
- *Regulamentação das atividades dos técnicos e das competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios*
Portaria n.º 138-H/2021, de 1 de julho
- *Requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do sistema de certificação energética dos edifícios*
Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro
- *Regulamentação dos exames para acesso e exercício da atividade dos técnicos do SCE*
Portaria n.º 28/2022, de 10 de janeiro

Segurança no trabalho

- *Regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho*
Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto

Segurança contra incêndio

- *Regulamentação do processo de credenciação de técnicos municipais responsáveis pela apreciação de projetos e medidas de autoproteção, vistorias e inspeções das condições de SCIE*
Portaria n.º 32/2021, de 10 de fevereiro
- *Reconhecimento dos técnicos responsáveis pela comercialização, instalação ou manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio em edifícios*
Despacho n.º 11832/2021, de 30 de novembro

Património cultural

- *Disposições sobre projetos de arquitetura em imóveis classificados e respetivas zonas de proteção*
Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho
- *Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural*
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro
- *Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação*
Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho

3.5.2 Qualificação das empresas

Requisitos gerais

- *Indicadores de liquidez e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do setor e respetivos valores de referência*
Portaria n.º 274/2011, de 26 de setembro
- *Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção*
Lei n.º 41/2015, de 3 de junho
- *Valores das classes dos alvarás*
Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto

Entidades inspetoras de instalações de elevação

- *Requisitos de acesso e de exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais*
Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto

Segurança contra incêndio

- *Regime de credenciação de entidades para a emissão de pareceres, vistorias e inspeções das condições de segurança contra incêndios em edifícios*
Portaria n.º 64/2009, de 22 de janeiro
- *Procedimento de registo na ANPC, das entidades que exerçam a atividade de comercialização, instalação e ou manutenção de produtos e equipamentos de segurança contra incêndios em edifícios*
Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho

3.6 Produtos e materiais de construção

3.6.1 Certificação e marcas de qualidade de obras

- *Marca de Qualidade LNEC, aplicável à certificação de empreendimentos de construção*
Decreto-Lei n.º 310/90, de 1 de outubro

3.6.2 Certificação, circulação e comercialização de produtos de construção

Requisitos gerais

- *Regulamento geral das edificações urbanas*
Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951
- *Execução do Regulamento (UE) que estabelece requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos*
Decreto-Lei n.º 23/2011, 11 de fevereiro
- *Execução do Regulamento (UE) que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção*
Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de setembro
- *Execução do Regulamento (UE) relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro*
Decreto-Lei n.º 6/2021, de 12 de janeiro

Cimentos, betões e aços

- *Estabelece as condições a que devem obedecer o fabrico e a colocação no mercado dos cimentos e ligantes hidráulicos para betões, argamassas e caldas de injeção*
Decreto-lei n.º 159/2002, de 3 de julho
- *Obrigatoriedade de certificação do aço de pré-esforço, para efeitos da sua colocação no mercado*
Decreto-Lei n.º 28/2007, de 12 de fevereiro
- *Obrigatoriedade de certificação dos produtos em aço utilizados como armaduras em betão, para efeitos da sua importação ou colocação no mercado*
Decreto-Lei n.º 390/2007, de 10 de dezembro
- *Atualização das disposições relativas à produção e controlo do betão de ligantes hidráulicos e à execução das estruturas de betão*
Decreto-Lei n.º 90/2021, de 5 de novembro

Tubos e acessórios

- *Características dos tubos de fibrocimento e juntas*
Decreto n.º 123/70, de 21 de março

- *Regime da certificação obrigatória para os tubos e acessórios de aço e ferro fundido maleável para canalizações*
Decreto-Lei n.º 390/89, de 9 de novembro
- *Obrigatoriedade de certificação de tubos, acessórios e sistemas de tubagem de plástico para distribuição de água para consumo humano*
Despacho n.º 19563/2006, de 25 de setembro

Máquinas e respetivos acessórios

- *Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios*
Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho

Produtos relacionados com o consumo de energia

- *Regras relativas aos requisitos de eficiência energética dos aparelhos de refrigeração eletrodomésticos*
Decreto-Lei n.º 214/98, de 16 de julho
- *Requisitos para a conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia*
Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro
- *Requisitos técnicos e funcionais dos contadores inteligentes*
Portaria n.º 231/2013, de 22 de julho
- *Execução do Regulamento (UE) que define um regime de etiquetagem energética*
Decreto-Lei n.º 28/2021, de 20 de abril

Recipientes e equipamentos sob pressão

- *Regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão*
Decreto-Lei n.º 111-D/2017, de 31 de agosto
- *Regras aplicáveis à disponibilização no mercado de recipientes sob pressão simples*
Decreto-Lei n.º 37/2017, de 29 de março

3.7 Seguros e garantias

Seguro de acidentes de trabalho

- *Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção*
Lei n.º 41/2015, de 3 de junho

Seguro de responsabilidade civil extracontratual

- *Montante do capital obrigatoriamente seguro no tocante à responsabilidade civil extracontratual por alguns intervenientes no processo de licenciamento*
Portaria n.º 245/93, de 4 de março
- *Regime jurídico de qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis por projetos, fiscalização e direção de obra*
Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

Seguro de postos de abastecimento de combustíveis

- *Valor mínimo dos seguros dos projetistas e responsáveis técnicos de postos de abastecimento*
Despacho n.º 9288/2015, de 17 de agosto

Garantias

- *Código Civil*
Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966
- *Código dos Contratos Públicos*
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
- *Conceitos para aplicação do prazo de garantia das obras públicas previsto no Código dos Contratos Públicos*
Despacho Normativo n.º 9/2014, de 31 de julho
- *Regulação dos direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais*
Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro

3.8 Mecanismos de resolução de conflitos

- *Regime que permite às entidades criar centros de arbitragem institucionalizados*
Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de dezembro
- *Código de processo nos tribunais administrativos*
Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro
- *Código dos Contratos Públicos*
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
- *Lei da arbitragem voluntária*
Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro
- *Princípios gerais aplicáveis à mediação*
Lei n.º 29/2013, de 19 de abril

3.9 Conceitos técnicos e relações das disposições legais

Conceitos técnicos

- *Conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo*
Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro

Relações das disposições legais

- *Relação das disposições legais e regulamentares a observar pelos técnicos responsáveis dos projetos de obras e sua execução (2003)*
Portaria n.º 193/2005, de 17 de fevereiro

4 | Análise dos resultados do levantamento

Foram identificados, até à data, 262 diplomas legais relevantes. Estes diplomas distribuem-se pelas nove categorias principais da seguinte forma:

- 1) Exigências gerais aplicáveis aos edifícios = 51;
- 2) Exigências especiais aplicáveis às instalações e equipamentos = 47;
- 3) Exigências especiais aplicáveis a tipos específicos de edifícios = 77;
- 4) Controlo técnico administrativo = 64;
- 5) Atribuições e qualificações dos profissionais e das empresas = 30;
- 6) Produtos e materiais de construção = 19;
- 7) Seguros e garantias = 8;
- 8) Mecanismos de resolução de conflitos = 5.
- 9) Conceitos técnicos e relações das disposições legais = 2;

A soma dos valores parciais (303) ultrapassa o número total de diplomas legais (262), porque alguns diplomas foram inseridos em mais do que uma categoria.

Relativamente à classificação dos diplomas legais observa-se que:

- 1) As exigências de «Qualidade do ar interior» e de «Conforto higrotérmico» estão incluídas nos diplomas legais relativos à «Eficiência energética e desempenho térmico»;
- 2) As «Instalações de climatização» e as «Instalações de ventilação» são tratadas em conjunto com as exigências de «Eficiência energética e desempenho térmico»;
- 3) A exigências de «Adequação ao uso» e a «Segurança no uso normal» são tratadas nos diplomas legais que definem as condições de instalação, organização e funcionamento para o exercício de determinadas atividades.

Relativamente às necessidades de aperfeiçoamento dos conteúdos técnicos da legislação e regulamentação da construção, destacam-se as seguintes necessidades:

- 1) Necessidade de maior aprofundamento dos conteúdos técnicos nos seguintes domínios:
 - Segurança no uso normal (apenas abordado em alguns tipos de edifício);
 - Segurança contra a intrusão (apenas abordado na perspetiva das instalações);
 - Conforto visual (apenas abordado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951, e nos diplomas relativos à Eficiência energética e desempenho térmico);
 - Economia e durabilidade (apenas afluído para as obras públicas);

- Utilização sustentável dos recursos naturais (apenas prevista a reciclagem dos materiais de construção);
- Conceitos e definições (definidos para os domínios do ordenamento do território e do urbanismo num diploma específico, mas estabelecidos para a construção em cada diploma de forma não coordenada).

2) Necessidade de atualização dos conteúdos técnicos nos seguintes domínios:

- Instalações de distribuição de água e de drenagem de águas residuais (diploma de 1995);
- Adequação ao uso (edifícios de habitação) (última revisão em 1975);
- Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada (diploma de 2006);
- Alojamento de trabalhadores deslocados (diploma com âmbito limitado).

Salienta-se que esta lista de necessidades não é exaustiva.

5 | Considerações finais

Neste relatório, apresentou-se um levantamento dos principais diplomas legais e regulamentares aplicáveis à edificação, com base na informação disponível no SILUC (LNEC e INCM, 2024). Importa sublinhar que esta lista não é exaustiva, podendo omitir alguns diplomas relevantes.

Os diplomas legais foram organizados segundo uma classificação, estruturada em vários níveis, consolidada ao longo de vários anos e baseada em diversas fontes, destacando-se, em particular, a classificação adotada na publicação «Disposições legais aplicáveis ao projecto e à execução de obras» (LNEC, 2007) e a classificação dos elementos do sistema regulador da construção (Pedro, 2024).

Verificou-se que alguns diplomas legais e regulamentares abrangem vários temas. No entanto, para efeitos deste levantamento, cada diploma foi incluído apenas nas suas categorias principais. Por exemplo, no domínio da qualificação dos profissionais, foram considerados exclusivamente os diplomas que tratam especificamente desta matéria, embora existam outros que também a abordam, mas em disposições jurídicas com importância secundária no contexto do diploma.

Destacam-se, ainda, a complexidade e a extensão do quadro legal e regulamentar em matéria de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho. Este facto justifica a realização de um levantamento mais detalhado sobre este tema, a ser desenvolvido de forma autónoma.

Estas conclusões reforçam a necessidade de se realizar uma monitorização e sistematização contínua da legislação aplicável à edificação, o que já se encontra em curso através do SILUC. Reconhecendo-se que o quadro legal e regulamentar da construção é complexo, o SILUC visa facilitar o entendimento e aplicação desse quadro, podendo também servir de base para o processo de codificação das normas técnicas da construção.

Lisboa, LNEC, dezembro de 2024

VISTO

O Diretor do Departamento de Edifícios



Álvaro Vale e Azevedo

AUTORIA



João Branco Pedro
Investigador Principal
Chefe do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais



António Cabaço
Investigador Principal
Chefe do Núcleo de Economia,
Gestão e Qualidade da Construção

Referências

- IMPIC, Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, 2024 – **Código da Construção**. Lisboa: IMPIC, fevereiro de 2024.
- LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2007 – **Disposições legais aplicáveis ao projecto e à execução de obras. 31 Dez 2006**. Lisboa: LNEC. [Coleção Informação Técnica de Legislação de Urbanismo e Construção 10].
- LNEC, Laboratório Nacional de Engenharia Civil; INCM, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2022 – **SILUC – Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção**. Lisboa: LNEC, INCM. www.siluc.pt (dezembro de 2024).
- PEDRO, J. Branco; CABAÇO, António, 2023 – **Codificação das normas técnicas da construção. Levantamento de classificações de tipos de operações urbanísticas, de obras, e utilizações constantes na legislação em vigor**. Lisboa: LNEC, 21 de setembro (documento digital).
- PEDRO, J. Branco, 2024 – **Codificação das Normas Técnicas da Construção. Revisão dos conhecimentos, caracterização da situação em Portugal e opções de base para o processo de codificação**. LNEC - Proc. 0801/1201/2378401. Relatório 318/2024 – DED. <https://www.researchgate.net/publication/384252807> (dezembro de 2024).



www.lnec.pt

AV DO BRASIL 101 • 1700-066 LISBOA • PORTUGAL
tel. (+351) 21 844 30 00
lnec@lnec.pt www.lnec.pt